



**CAIXA DE CRÉDITO DA CHAMUSCA**  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, CRL

## **POLÍTICA DE SELEÇÃO E DESIGNAÇÃO DE ROC E SROC**



CONTROLO DE VERSÕES	VERSÃO	DATA	AUTOR	ALTERAÇÕES
	1.0	29/03/2021	Conselho de Administração	
NOME DO FICHEIRO	Política de Seleção e Designação de ROC SROC.pdf			
LOCALIZAÇÃO MASTER	/Sistema de Controlo Interno/Políticas/			

NÍVEL DE DIVULGAÇÃO	CONFIDENCIAL	RESTRITA	PÚBLICA
MEIOS DE DIVULGAÇÃO	COMUNICADO	INTRANET	INTERNET
			X
ÓRGÃOS E U.E. COM ACESSO E NOTIFICAÇÃO		Todas as Unidades de estrutura	

ÓRGÃO / U.E.	PARECER / OPINIÃO	APROVAÇÃO	DATA
Direção de Serviços			
Conformidade	X		30/03/2021
Gestão de Riscos			
Conselho de Administração			
Conselho Fiscal	X		30/03/2021
Assembleia Geral		X	30/03/2021

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho</li><li>• Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo</li><li>• Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras</li><li>• Outros, mencionados no n.2 do Artigo 2.º da presente Política</li></ul>
----------------------	--



## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>4</b>
DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS .....	4
Artigo 1.º.....	4
(Objeto).....	4
Artigo 2.º.....	4
(Âmbito de aplicação) .....	4
Artigo 3.º.....	5
(Serviços de Auditoria e Serviços Distintos de Auditoria).....	5
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>7</b>
DOS ROC, DAS SROC E DO PROCESSO DE SELECÇÃO E DESIGNAÇÃO .....	7
Artigo 4.º.....	7
(Independência do ROC ou da SROC) .....	7
Artigo 5.º.....	8
(Processo de Selecção e Contratação de Serviços de Auditoria) .....	8
Artigo 6.º.....	10
(Contratação de Serviços Distintos de Auditoria não Proibidos) .....	10
Artigo 7.º.....	11
(Acompanhamento das actividades do ROC ou da SROC).....	11
Artigo 8.º.....	11
(Reporte).....	11
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>12</b>
DISPOSIÇÕES FINAIS .....	12
Artigo 9.º.....	12
(Formação).....	12
Artigo 10.º.....	12
(Vinculação automática) .....	12
Artigo 11.º.....	12
(Aprovação, Natureza, Vigência e Revisão) .....	12

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

#### Artigo 1.º (Objeto)

1. O presente Regulamento Interno estabelece as regras de selecção dos Revisores Oficiais de Contas (doravante ROC) e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (doravante SROC) da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, Crl (doravante CCAM), em complemento das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis.

#### Artigo 2.º (Âmbito de aplicação)

1. São destinatários do presente Regulamento Interno os órgãos sociais e respectivos membros, bem como os colaboradores da CCAM.
2. A presente Política foi elaborada tendo em conta o enquadramento legal e regulamentar aplicáveis nomeadamente e para além de outros, os seguintes:
  - a. O **Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo**<sup>1</sup> (doravante, **RJCAM**);
  - b. O **Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras**<sup>2</sup> (doravante **RGICSF**);
  - c. O **Código Cooperativo**<sup>3</sup> (doravante **CodCoop**);
  - d. O **Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014** (doravante **Reg.537/2014**);
  - e. O **Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas**<sup>4</sup> (doravante **EOROC**);
  - f. O **Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria**<sup>5</sup> (doravante **RJSA**);
  - g. O **Código das Sociedades Comerciais**<sup>6</sup> (doravante **CSC**);

---

<sup>1</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e sucessivamente alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/95, de 12 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 320/97, de 25 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 102/99, de 31 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 76 -A/2006, de 29 de Março e pelo Decreto-Lei n.º Decreto-Lei n.º 142/2009 de 16 de Junho.

<sup>2</sup> Aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31/12 e alterado pelos DL n.º 246/95, de 14/09; DL n.º 232/96, de 05/12; Rect. n.º 4-E/97, de 31/01; DL n.º 222/99, de 22/06; DL n.º 250/2000, de 13/10; DL n.º 285/2001, de 03/11; DL n.º 201/2002, de 26/09; DL n.º 319/2002, de 28/12; DL n.º 252/2003, de 17/10; DL n.º 145/2006, de 31/07; DL n.º 104/2007, de 03/04; DL n.º 357-A/2007, de 31/10; Rect. n.º 117-A/2007, de 28/12; DL n.º 1/2008, de 03/01; DL n.º 126/2008, de 21/07; DL n.º 211-A/2008, de 03/11; Lei n.º 28/2009, de 19/06; DL n.º 162/2009, de 20/07; Lei n.º 94/2009, de 01/09; DL n.º 317/2009, de 30/10; DL n.º 52/2010, de 26/05; Lei n.º 71/2010, de 18/06; Lei n.º 36/2010, de 02/09; DL n.º 140-A/2010, de 30/12; Lei n.º 46/2011, de 24/06; DL n.º 88/2011, de 20/07; DL n.º 119/2011, de 26/12; DL n.º 31-A/2012, de 10/02; DL n.º 242/2012, de 07/11; Lei n.º 64/2012, de 20/12; DL n.º 18/2013, de 06/02; DL n.º 63-A/2013, de 10/05; DL n.º 114-A/2014, de 01/08; DL n.º 114-B/2014, de 04/08; DL n.º 157/2014, de 24/10; Lei n.º 16/2015, de 24/02; Lei n.º 23-A/2015, de 26/03; DL n.º 89/2015, de 29/05; Lei n.º 66/2015, de 06/07; DL n.º 140/2015, de 31/07; Lei n.º 118/2015, de 31/08; DL n.º 190/2015, de 10/09; DL n.º 20/2016, de 20/04; Lei n.º 16/2017, de 03/05; Lei n.º 30/2017, de 30/05; DL n.º 107/2017, de 30/08; Lei n.º 109/2017, de 24/11; Lei n.º 35/2018, de 20/07; Lei n.º 71/2018, de 31/12; Lei n.º 15/2019, de 12/02; Lei n.º 23/2019, de 13/03; DL n.º 106/2019, de 12/08; e DL n.º 144/2019, de 23/09.

<sup>3</sup> Aprovado pela Lei 119/2015, de 31 de Agosto, alterado pela Lei n.º 66/2017, de 9 Agosto.

<sup>4</sup> Aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

<sup>5</sup> Aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

<sup>6</sup> Aprovado pelo D.L. n.º 262/86, de 02/09 e alterado pelas Declaração de 29/11 de 1986; DL n.º 184/87, de 21/04; DL n.º 280/87, de 08/07; Declaração de 31/07 de 1987; Declaração de 31/08 de 1987; DL n.º 229-B/88, de 04/07; DL n.º 142-A/91, de 10/04; DL n.º 238/91, de 02/07; Rect. n.º 236-A/91, de 31/10; Rect. n.º 24/92, de 31/03; DL n.º 225/92, de 21/10; DL n.º 20/93, de 26/01; DL n.º 261/95, de 03/10; DL n.º 328/95, de 09/12; DL n.º 257/96, de 31/12; Rect. n.º 5-A/97, de 28/02; DL n.º 343/98, de 06/11; Rect. n.º 3-D/99, de 30/01; DL n.º 486/99, de 13/11; DL n.º 36/2000, de 14/03; DL n.º 237/2001, de 30/08; DL n.º 162/2002, de 11/07; DL n.º 107/2003, de 04/06; DL n.º



- h. A **Carta Circular n.º CC/2020/00000020**, de 23 de março de 2020, do Banco de Portugal;
  - i. Os Estatutos da **CCAM**;
3. Na eventualidade de conflito entre uma norma legal ou regulamentar ou qualquer outro normativo interno da **CCAM** e o presente Regulamento Interno, ou em caso de dúvida interpretativa sobre as disposições deste último, deverá sempre ser observada a regra ou a interpretação mais rígida e abrangente.

### Artigo 3.º

#### (Serviços de Auditoria e Serviços Distintos de Auditoria)

1. Consideram-se **serviços de auditoria às contas**, os exames e outros serviços relacionados com as contas da **CCAM** realizados por **ROC** ou por **SROC** de acordo com as normas internacionais de auditoria (ISA) em vigor, compreendendo:
  - a. A revisão legal das contas, exercida em cumprimento de disposição legal ou estatutária;
  - b. A revisão voluntária de contas, exercida em cumprimento de vinculação contratual;
  - c. Os serviços relacionados com os referidos nas alíneas anteriores, quando tenham uma finalidade ou um âmbito específicos ou limitados.
2. Consideram-se **serviços distintos de auditoria**, a prestação de serviços ou o exercício de funções, por parte de **ROC** ou de **SROC**, que não estejam compreendidos no número anterior.
3. Consideram-se **serviços distintos de auditoria proibidos**, os serviços a seguir discriminados, os quais não poderão ser realizados pelo **ROC** ou pela **SROC** a que esteja cometida a revisão legal das contas da **CCAM**, ou a qualquer membro da rede a que aqueles pertençam:
  - a. Serviços de assessoria fiscal relativos:
    - i. À elaboração de declarações fiscais;
    - ii. A impostos sobre os salários;
    - iii. A direitos aduaneiros;
    - iv. À identificação de subsídios públicos e incentivos fiscais, exceto se o apoio do **ROC** ou da **SROC** relativamente a esses serviços for exigido por lei;
    - v. A apoio em matéria de inspeções das autoridades tributárias, exceto se o apoio do **ROC** ou da **SROC** em relação a tais inspeções for exigido por lei;
    - vi. Ao cálculo dos impostos diretos e indiretos e dos impostos diferidos;

---

88/2004, de 20/04; DL n.º 19/2005, de 18/01; DL n.º 35/2005, de 17/02; Rect. n.º 7/2005, de 18/02; DL n.º 111/2005, de 08/07; DL n.º 52/2006, de 15/03; DL n.º 76-A/2006, de 29/03; Rect. n.º 28-A/2006, de 26/05; DL n.º 8/2007, de 17/01; DL n.º 357-A/2007, de 31/10; Rect. n.º 117-A/2007, de 28/12; DL n.º 247-B/2008, de 30/12; Lei n.º 19/2009, de 12/05; DL n.º 185/2009, de 12/08; DL n.º 49/2010, de 19/05; DL n.º 33/2011, de 07/03; DL n.º 53/2011, de 13/04; Lei n.º 66-B/2012, de 31/12; DL n.º 26/2015, de 06/02; DL n.º 98/2015, de 02/06; Lei n.º 148/2015, de 09/09; Lei n.º 15/2017, de 03/05; DL n.º 79/2017, de 30/06; DL n.º 89/2017, de 28/07; Retificação n.º 21/2017, de 25/08; e Lei n.º 49/2018, de 14/08.



- vii. À prestação de aconselhamento fiscal;
  - b. Os serviços que envolvam qualquer participação na gestão ou na tomada de decisões da **CCAM**;
  - c. A elaboração e lançamento de registos contabilísticos e de contas;
  - d. Os serviços de processamento de salários;
  - e. A conceção e aplicação de procedimentos de controlo interno ou de gestão de riscos relacionados com a elaboração e ou o controlo da informação financeira ou a conceção e aplicação dos sistemas informáticos utilizados na preparação dessa informação;
  - f. Os serviços de avaliação, incluindo avaliações relativas a serviços atuariais ou serviços de apoio a processos litigiosos;
  - g. Os serviços jurídicos, em matéria de:
    - i. Prestação de aconselhamento geral;
    - ii. Negociação em nome da **CCAM**; e
    - iii. Exercício de funções de representação no quadro da resolução de litígios;
  - h. Os serviços relacionados com a função de auditoria interna da **CCAM**;
  - i. Os serviços associados ao financiamento, à estrutura e afetação do capital e à estratégia de investimento da **CCAM**, exceto a prestação de serviços de garantia de fiabilidade respeitantes às contas, tal como a emissão de «cartas de conforto» relativas a prospectos emitidos pela **CCAM**;
  - j. Os serviços em matéria de recursos humanos referentes:
    - i. Aos cargos de direção suscetíveis de exercer influência significativa sobre a preparação dos registos contabilísticos ou das contas objeto de revisão legal das contas, quando esses serviços envolverem: A seleção ou procura de candidatos para tais cargos; A realização de verificações das referências dos candidatos para tais cargos;
    - ii. À configuração da estrutura da organização; e
    - iii. Ao controlo dos custos.
4. Consideram-se **serviços distintos de auditoria não proibidos**, quaisquer outros serviços distintos de autoria não enquadrados no número anterior.
5. A prestação de **serviços distintos de auditoria não proibidos** pelo **ROC** ou pela **SROC** a que esteja cometida a revisão legal das contas da **CCAM** ou por qualquer membro da rede a que aqueles pertençam, está sujeita à prévia aprovação fundamentada do **Conselho Fiscal**, que deverá, ademais, avaliar adequadamente as ameaças à independência emergentes da prestação destes serviços bem como as medidas de salvaguarda aplicadas para a limitação dessas ameaças.

## CAPÍTULO II

### DOS ROC, DAS SROC E DO PROCESSO DE SELECÇÃO E DESIGNAÇÃO

#### Artigo 4.º

#### (Independência do ROC ou da SROC)

1. Compete ao **Conselho Fiscal**, no exercício das suas competências legal e estatutariamente estabelecidas enquanto órgão de fiscalização da **CCAM**, velar pela independência, no sentido constante do **art.º 71.º EOROC**, do **ROC** ou da **SROC** na prestação dos respetivos serviços de auditoria e serviços distintos de auditoria não proibidos, nomeadamente em situações de auto revisão, interesse pessoal, representação, familiaridade, confiança ou intimidação.
2. Para efeitos da contratação dos serviços de auditoria e dos serviços distintos de auditoria não proibidos o **Conselho Fiscal** toma as medidas adequadas a prevenir, identificar e resolver quaisquer ameaças à independência do **ROC** ou da **SROC**, nomeadamente em situações de interesse pessoal, representação, familiaridade, confiança ou intimidação.
3. Na apreciação e avaliação da independência do **ROC** ou da **SROC**, o **Conselho Fiscal** deve adotar o padrão de um terceiro, objetivo, razoável e informado.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anterior, compete igualmente ao **ROC** ou à **SROC**, no âmbito dos serviços a prestar à **CCAM**, proceder a uma avaliação permanente e adequada das ameaças à independência e das salvaguardas aplicadas.
5. Os candidatos a **ROC** ou a **SROC** devem subscrever um documento no qual declaram cumprir todos os requisitos para desempenhar o cargo na **CCAM**.
6. O documento referido no número anterior deve ser acompanhado com uma descrição sobre a organização interna do **ROC** ou da **SROC**, do qual constará, pelo menos, a seguinte informação:
  - a. Uma síntese das políticas, procedimentos e modo de funcionamento do seu sistema de qualidade interno;
  - b. As medidas previstas para sanar eventuais infrações às normas legais de revisão oficial de contas, incluindo as decorrentes do **Reg.537/2014**;
  - c. Forma de controlo de incompatibilidades e impedimentos;
  - d. Forma de acompanhamento dos serviços distintos de auditoria;
  - e. Forma de acompanhamento dos honorários face aos honorários totais nos termos dos **n.ºs 1 e 3 do artigo 77.º do EOROC**:
    - i. Quando preste à **CCAM**, durante um período de três ou mais exercícios consecutivos, serviços distintos da auditoria não proibidos nos termos do artigo 2.º da presente



- Política, os honorários não devem assumir um relevo superior a 30% (trinta por cento) do valor total dos honorários recebidos pelo **ROC** ou pela **SROC**; e
- ii. Quando os honorários totais recebidos em cada um dos três últimos exercícios financeiros consecutivos forem superiores a 15% (quinze por cento) dos honorários totais recebidos.
- f. Processo de nomeação do **ROC** responsável pelo controlo interno de qualidade dos trabalhos;
  - g. Forma de monitorização do controlo interno de qualidade dos trabalhos.

#### Artigo 5.º

##### (Processo de Selecção e Contratação de Serviços de Auditoria)

1. O **Conselho Fiscal** da **CCAM** é responsável pelo processo de seleção e designação do **ROC** ou do **SROC**, o qual deve ser iniciado com a antecedência necessária face à data prevista para a contratação ou recondução do(a) mesmo(a), por forma, a assegurar a inexistência de interrupções de atividade.
2. O **Departamento de Auditoria Interna** e o **Departamento de Compliance** colaboram com o **Conselho Fiscal** no processo de seleção e designação do **ROC** ou do **SROC** referido no número anterior, sem prejuízo do órgão de fiscalização pode requerer o apoio de outras áreas funcionais da **CCAM** que o repute de necessário.
3. O **Conselho Fiscal** formulará convites a dois ou mais **ROC** ou **SROC** previamente identificadas como tendo condições para assegurar a cobertura das necessidades de auditoria e revisão de contas da **CCAM** e do cumprimento do disposto no **artigo 37º do RJCAM**, para apresentação de propostas.
4. A organização do processo de seleção encontra-se sujeito às regras previstas no **artigo 16.º do Reg.537/2014**, designadamente:
  - a. Deve ser preparado um dossier com todos os procedimentos relativos à seleção do **ROC** ou da **SROC**, onde se definem os aspetos relevantes e orientadores do processo de consulta e seleção.
  - b. No dossier inicial devem ser detalhadamente descritos os critérios de avaliação e adequação aplicáveis, assim como a ponderação atribuída especificamente a cada um deles.
  - c. Para aferir a adequação do auditor externo, o **Conselho Fiscal** deve basear a sua análise na qualidade e eficiência do processo de auditoria proposto, na integridade e independência do **ROC** ou da **SROC**, assim como na adequação do valor da proposta apresentada em relação à dimensão, complexidade e risco da empresa. Os critérios devem ser agrupados em dois níveis distintos:
    - i. Avaliação Técnica da Proposta:



1. Integridade e Independência do **ROC** ou da **SROC**;
  2. Experiência anterior, nomeadamente no setor financeiro;
  3. Tempo e os recursos que serão afetos ao trabalho a desenvolver, desagregado por categorias profissionais;
  4. Abordagem técnica adotada, incluindo conhecimentos em avaliação dos controlos informáticos;
  5. Adequação da organização interna do **ROC** ou da **SROC** e do seu sistema de controlo de qualidade interno, incluindo, quando aplicável, o grau de implementação das medidas estabelecidas para ultrapassar infrações às normais legais relativas à revisão legal de contas;
  6. Compreensão do funcionamento e da atividade da **CCAM** e do Crédito Agrícola Mútuo;
  7. No caso de existirem ameaças à independência, o tipo de salvaguardas que serão aplicadas para limitar essas ameaças.
- ii. Avaliação Financeira da Proposta. É atribuída uma ponderação para a avaliação financeira da proposta, que não poderá exceder a ponderação da avaliação técnica.
- d. Concluído o processo de seleção, o **Conselho Fiscal** elabora um relatório que contém a análise e avaliação do cumprimento dos critérios de seleção pelos candidatos, a classificação das propostas e as conclusões do processo de seleção.
  - e. Nos termos do **art.º 420.º, n.º 2, alínea b)** do **CSC**, o **Conselho Fiscal**, elabora uma proposta à **Assembleia Geral** que deverá incluir pelo menos duas opções possíveis para a prestação de serviços de auditoria e a indicação de uma preferência devidamente justificada em relação a uma delas.
5. A proposta a apresentar pelo **Conselho Fiscal** à **Assembleia Geral** para eleição do **ROC** ou da **SROC** deve conter fundamentação específica à verificação da independência dos candidatos propostos, tendo em conta:
    - a. Relações económicas e comerciais mantidas com a **CCAM**;
    - b. Políticas e procedimentos em matéria de independência adotados pelos candidatos.
  6. Em caso de recondução do **ROC** ou da **SROC** deve ser considerado o seguinte:
    - a. Condições de independência;
    - b. Vantagens e os custos da sua substituição;
    - c. Inamovibilidade e rotação do **ROC** ou da **SROC** nos termos do **artigo 54º dos EOROC**;



- d. Avaliação do desempenho do **ROC** ou da **SROC** por referência ao exercício e ao período de tempo decorrido desde o início do mandato anterior;
- e. Os contratos de prestação de serviços de auditoria devem incluir medidas que permitam ao **Conselho Fiscal** monitorizar e avaliar a independência do **ROC** ou da **SROC**, contemplando a aceitação da presente Política.

#### Artigo 6.º

##### (Contratação de Serviços Distintos de Auditoria não Proibidos)

1. A contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos ao **ROC** ou à **SROC** é aprovada pelo **Conselho de Administração** sujeita a aprovação prévia fundamentada do **Conselho Fiscal**.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o **Conselho Fiscal** deve autorizar a contratação dos serviços distintos de auditoria ao **ROC** ou à **SROC**, quando, tendo este(a) procedido a uma avaliação adequada das ameaças à independência e das salvaguardas aplicadas, concluir que:
  - a. Não está em causa a prestação de um serviço proibido previsto no artigo 2.º da presente Política, nem se pretende que o mesmo seja prestado direta ou indiretamente por um membro da rede em que o **ROC** ou a **SROC** se insere, incluindo o próprio.
  - b. A contratação desse serviço por parte da **CCAM** não implica que o montante de serviços distintos de auditoria contratados nos últimos três anos ou mais exercícios consecutivos ultrapasse 30% (trinta por cento) do valor total dos serviços prestados pelo **ROC** ou pela **SROC** nesse mesmo período. Compete ao **Conselho de Administração** assegurar o respeito daquele limite.
3. Os pedidos relativamente à contratação de serviços distintos de auditoria ao **ROC** ou à **SROC** devem incluir:
  - a. Caracterização dos serviços e justificação da sua contratação, indicando expressamente os pontos fortes da sua prestação.
  - b. Indicação dos procedimentos adotados na seleção, nomeadamente se o trabalho a realizar teve como base um concurso/consulta ou adjudicação direta:
    - i. No caso de adjudicação direta, devem ser explicitadas as razões que justificaram essa decisão;
    - ii. Para as situações de concurso/consulta, informação sobre as condições das diferentes propostas e o motivo da seleção.
  - c. Declaração do **ROC** ou da **SROC** de que considera que a adjudicação do serviço distinto de auditoria não ameaça a sua independência.
  - d. A proposta de serviços deve informar:



- i. O serviço em causa não qualifica como distinto de auditoria proibido.
  - ii. Honorários máximos devidos pela execução do serviço;
  - iii. Minuta do contrato, ou termos da prestação do serviço;
  - iv. Informação do valor total das contratualizações já aprovadas no ano civil a que respeitam;
  - v. Indicação e composição da rede em que o **ROC** ou a **SROC** se insira.
4. À prestação de serviços distintos de auditoria não proibidos é aplicável o disposto no artigo 3.º da presente Política.

#### Artigo 7.º

##### (Acompanhamento das actividades do ROC ou da SROC)

1. O **Conselho Fiscal** acompanha as actividades do **ROC** ou da **SROC**, nomeadamente:
  - a. Acompanha a revisão legal das contas anuais;
  - b. Informa o **Conselho de Administração** dos resultados da revisão legal das contas e explica o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que desempenhou nesse processo;
  - c. Solicita ao **ROC** ou à **SROC** que antes da emissão de certificação legal de contas, este(a) emita a confirmação anual de independência e a correspondente comunicação acerca da prestação de serviços distintos de auditoria;
  - d. Acompanha, através de emissão de um relatório, a manutenção dos requisitos que determinaram a contratação dos serviços do **ROC** ou da **SROC**, verificando factos ou ocorrências susceptíveis de constituir justa causa de destituição daquele(a), a propor à **Assembleia Geral**;
  - e. O acompanhamento referido na alínea anterior não obsta a que o **Conselho Fiscal** possa, a todo o tempo, efetuar uma (re)avaliação caso venha a tomar conhecimento de algum facto que possa afetar a manutenção daqueles requisitos.

#### Artigo 8.º

##### (Reporte)

1. O **Departamento de Auditoria Interna** efetua o acompanhamento sobre o valor total das contratualizações e cálculo limite indicativo de honorários para os serviços distintos de auditoria e reporta, numa base bimestral, ao **Conselho Fiscal**, informação individualizada sobre as adjudicações efetuadas pela **CCAM** ao **ROC** ou à **SROC**, bem como à rede a que estes pertençam, assim como os honorários individuais e acumulados e respetiva percentagem, divididos pelas seguintes rubricas:
  - a. Serviços de auditoria;



- b. Serviços distintos de auditoria.
2. O **ROC** ou a **SROC** deve informar imediatamente a CMVM dos serviços que tenha sido autorizado a prestar pelo **Conselho Fiscal** nos termos da presente Política.

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

##### Artigo 9.º (Formação)

2. Todos os intervenientes no processo de seleção e designação do **ROC** ou da **SROC** e de contratação de serviços de auditoria não proibidos devem frequentar, periodicamente, ações de formação sobre a matéria e sobre as responsabilidades que lhe são conferidas pela lei.

##### Artigo 10.º (Vinculação automática)

2. Qualquer Membro dos órgãos sociais ou qualquer Colaborador da **CCAM** que venha a ser eleito, designado ou admitido, considera-se vinculado ao presente Regulamento, devendo cumpri-lo na íntegra, enquanto se mantiver nas respectivas funções.

##### Artigo 11.º (Aprovação, Natureza, Vigência e Revisão)

1. A presente Política constitui um **Regulamento Interno**, nos termos e para os efeitos do disposto na **alínea g) do art.º 38.º do Código Cooperativo**, sendo a sua aprovação e alterações da competência exclusiva da **Assembleia Geral** da **CCAM**, sob proposta do **Conselho Fiscal**.
2. A presente Política entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela **Assembleia Geral**.
3. A presente Política é avaliada anualmente ou sempre que seja considerado necessário, pelo **Conselho Fiscal**, que proporá as alterações reputadas necessárias, a submeter à aprovação da **Assembleia Geral**.